

**INTENSIDADE DA POBREZA NA REGIÃO NORTE DE MINAS
GERAIS - 1991-2010: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DO
PNUD**

*INTENSITY OF POVERTY IN THE NORTHERN REGION OF MINAS
GERAIS - 1991-2010: AN ANALYSIS FROM UNDP DATA*

Gilmar Ribeiro dos Santos¹
Raissa Cota Pales²
Tereza Raquel Silveira Rosa¹

¹ **Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – UNIMONTES**
gilrds@uol.com.br, trsrosa@yahoo.com.br

² **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF**
raissacs1@yahoo.com.br

RESUMO

O Norte de Minas Gerais é uma das macrorregiões com os maiores índices de intensidade de pobreza do estado. A partir da década de 1970 houve uma significativa intervenção do Estado brasileiro na região com o objetivo de inseri-la no processo de desenvolvimento capitalista, visando melhorar as condições de vida da sua população, como argumentavam os governos federal e estadual da época. A intervenção do estado ocorreu principalmente via Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com significativa concentração em alguns municípios pólos, os quais iniciaram à época a implantação de um processo de industrialização. A inserção do Norte de Minas nas relações capitalistas tanto nacionais quanto internacionais, com o processo de globalização é uma realidade. No entanto, faz-se necessário analisar os impactos do desenvolvimento capitalista nas condições de vida da população local. O presente trabalho consiste em uma análise dos indicadores de pobreza e de desigualdades sociais do Norte de Minas Gerais a partir dos dados oficiais componentes do IDHM elaborado pelo PNUD de acordo com os censos de 1991, 2000 e 2010. Concluímos que o processo de modernização capitalista não foi capaz de reduzir consideravelmente a pobreza no Norte de Minas, igualando as regiões mais dinâmicas socialmente.

Palavras-chave: Pobreza, Norte de Minas, Desigualdade.

ABSTRACT

The North of Minas Gerais is one of the macro-regions with the highest levels of poverty in the state. From the 1970s there was a significant intervention of the Brazilian State in the region with the objective of inserting it in the process of capitalist development, aiming at improving the living conditions of its population, as argued by the federal and state governments of the time. The state intervention occurred mainly through the Superintendency for the Development of the Northeast - SUDENE, with significant concentration in some municipalities poles, which began at the time the implementation of an industrialization process. The insertion of the North of Minas in the capitalist relations, both national and international, with the process of globalization is a reality. However, it is necessary to analyze the impacts of capitalist development on

the living conditions of the local population. The present work consists of an analysis of the indicators of poverty and social inequalities in the North of Minas Gerais, based on the official data of the UNHCR, according to the 1991, 2000 and 2010 censuses. We conclude that the process of capitalist modernization was not able to considerably reduce poverty in the North of Minas, matching the more socially dynamic regions.

Key words: Poverty, Northern Minas, Inequality.

INTRODUÇÃO

Minas Gerais é o estado brasileiro com o maior número de municípios, somando 853. O desenvolvimento de Minas foi marcadamente heterogêneo, refletindo ainda hoje na configuração socioeconômica das macrorregiões do estado. As dez macrorregiões do estado, Norte, Jequitinhonha/Mucuri, Noroeste, Centro-Oeste, Alto Paranaíba, Zona da Mata, Sul, Central, Triângulo e Rio Doce estão em patamares diferentes de desenvolvimento; principalmente as macrorregiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri em relação às demais macrorregiões, ficando ainda mais alarmante quando comparadas ao Triângulo Mineiro e a macrorregião Central.

O Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha/Mucuri apesar dos grandes investimentos por parte do Estado para dinamizar a economia da região, e consequentemente, induzir ao desenvolvimento social continuam muito aquém das demais macrorregiões mineiras. Embora os grandes investimentos por parte da SUDENE na década de 1950 no Norte de Minas tenham dinamizado sua economia e a plantação de eucalipto realmente tenha tirado o Vale do Jequitinhonha/Mucuri da estagnação econômica vivida por ela até o século XX, não foram suficientes para alavancar efetivamente a economia dessas macrorregiões e equiparar seu desenvolvimento socioeconômico às demais macrorregiões do estado.

Partindo dessa conjectura, o presente artigo se debruçará na análise da situação de pobreza do Norte de Minas em comparação com as demais macrorregiões do estado. A estrutura fundiária do Norte de Minas apresenta uma das maiores concentrações de terras do Estado. A atividade pecuária extensiva foi o fator principal de ocupação. Os primeiros resultados da maciça intervenção do Estado na economia da região emergiram com a modernização da agricultura, ou mesmo a industrialização localizada em alguns municípios. Nesse momento a economia deslocou seu eixo central da pecuária de corte para a indústria nos municípios mais dinâmicos economicamente.

A industrialização está restrita a alguns municípios. A pecuária de corte nas grandes fazendas se desenvolveu paralela à persistência da agricultura de subsistência dos pequenos produtores. Remanescentes de ex-escravos, de quilombos, de tribos indígenas e de empregados brancos das fazendas de gado formaram a base para a constituição da população que há séculos sobrevive em uma economia de subsistência. Relações sociais específicas de características coronelistas foram travadas nesse espaço. O coronel foi se constituindo em substituição à figura do Estado, ausente em toda a região. Ele executava desde favores domésticos até a manutenção da ordem através de capangas, passando pelo auxílio às populações mais pobres. Quando não substituía o Estado, o coronel fazia a mediação entre este e a população (Costa, 1997).

Essa forma específica de relações sociais guarda profundas marcas na população regional. Um misto de autoritarismo e paternalismo, relações de compadrio, parentela e vizinhança reforçam, ainda hoje, as relações de submissão como uma presença constante nas formas de relacionamento dos indivíduos, tanto com o Estado quanto com os grandes fazendeiros na região.

Segundo COSTA (1997), quando o Estatuto da Terra entrou em vigor, no final da década de 1960, os proprietários rurais romperam os vínculos de solidariedade com o

conjunto dos agregados, compadres e uma série de denominações que encobriam a exploração e submissão desses trabalhadores, em todo o país. O motivo fundamental teria sido a lei que garantia uma série de direitos dos trabalhadores rurais, em suas mais variadas denominações, diante dos proprietários de terras. Um enorme contingente de famílias foi expulso das fazendas, criando grande pressão social no campo, no caso do Norte de Minas.

Os latifundiários, com relativa frequência, ainda hoje entram em confronto com essas populações do campo. Segundo a Pastoral da Terra do Norte de Minas existiam aproximadamente trinta e cinco conflitos de terras, coletivos, na sua área de atuação em 2003. Eles eram mais frequentes e mais violentos até a década de 1970, devido aos hábitos autoritários das elites regionais e à completa omissão do Estado com relação a esse problema.

A região já foi palco de grandes conflitos fundiários como o *Conflito de Cachoeirinha*, nos anos setenta, que teve repercussão nacional. Ainda hoje persistem alguns conflitos de terra na região, mas de menor porte, pois a seca tem causado um êxodo constante e progressivo em toda a região. Até mesmo a agricultura de subsistência está seriamente comprometida devido à redução do período anual de chuvas.

Entre lutar por uma terra que a cada dia produz menos e migrar para os centros urbanos, a maioria da população tem se voltado para a segunda opção. Assim, a pressão social no campo está diminuindo, auxiliada por uma grande redução da atividade econômica da pecuária extensiva. A água tem se constituído no centro dos maiores conflitos sociais na região, nos últimos anos, em comparação com os conflitos pela terra. A agropecuária nos moldes tradicionais está se inviabilizando na região. A única saída é a utilização da irrigação. Como a maioria dos cursos d'água ali desaparece no período da seca, a irrigação depende de altos investimentos do poder público, como a formação de grandes barragens ou complexos sistemas de captação, como no caso dos projetos públicos de irrigação.

A agropecuária tradicional, que remonta ao Brasil império, cedeu espaço para o desenvolvimento da produção moderna. Existem vários focos de industrialização na região, uma malha rodoviária que serve de ligação privilegiada entre o Sudeste e o Nordeste do país, assim como uma agricultura baseada em tecnologia de ponta, seja em empreendimentos públicos ou privados.

A incorporação do Norte de Minas à área de atuação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, foi fundamental para um significativo desenvolvimento regional, apesar de ainda ser, atualmente, uma das mais pobres regiões do estado. O principal fator de desenvolvimento na região foi e ainda é o Estado. Os indicadores sócio-econômicos do Norte de Minas podem ser divididos em antes e depois da SUDENE. A partir de meados da década de 1970, a região rompeu o histórico quadro de estagnação sócio-econômica, como observa a autora abaixo:

O crescimento econômico da região, nas últimas décadas, foi possível com a presença ativa do Estado. De 1985-1995, o PIB do Norte de Minas cresceu a taxas superiores à da economia brasileira e do Estado de Minas Gerais. Nesse período, a taxa média anual de crescimento do PIB brasileiro foi de 2,28%, de Minas Gerais 2,45% e do Norte de Minas 3,70% (RODRIGUES, 1998: 44).

O investimento do Estado transformou também as relações sociais na região. Pólos urbano-industriais foram criados, houve grande migração campo-cidade e grandes mudanças, também, nas relações sociais no meio rural. O homem do campo que migrou

para a cidade teve sua formação social viabilizada nas relações sociais urbanas, seja na escola ou em relações sociais mais amplas (Carneiro, 1992).

Contudo, o processo de desenvolvimento e modernização da região Norte de Minas Gerais, dirigido pelo Estado a partir da década de 1970, suscita inúmeras inquietações sobre efeitos e resultados, o que nos leva a questionar se as mudanças pelas quais está passando a macrorregião vêm alterando, positivamente, o quadro de pobreza e a concentração de renda na região. Ou se o crescimento do PIB regional está proporcionando uma melhoria dos indicadores de distribuição de renda e qualidade de vida. Para tanto, este trabalho pretende auxiliar no debate sobre estas e outras indagações semelhantes. Apresentamos aqui uma análise dos dados organizados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, desagregados por município, enfocando os municípios integrantes da região Norte de Minas Gerais. Optamos por discutir a variação da renda *per capita*, da intensidade da pobreza e do índice de Gini destas cidades da região, no período entre os anos 1991 e 2010. E ainda analisamos indicadores indiretos de pobreza, como analfabetismo e saneamento básico. Em alguns casos consideramos também a comparação entre a variação dos mesmos indicadores no conjunto do Norte de Minas em relação às demais regiões do estado mineiro.

Inicialmente relacionamos algumas questões relevantes sobre a macrorregião na atualidade. Em seguida faremos uma retrospectiva histórica sobre o processo de ocupação e por fim apresentaremos as variações dos indicadores citados acima, seguida de algumas considerações finais.

SOBRE A OCUPAÇÃO DO NORTE DE MINAS GERAIS

O Norte de Minas atualmente está restrito à porção Norte do Estado, compreendida entre o Vale do Jequitinhonha, porção ao Norte, a região geograficamente central do Estado e o Noroeste do país. O Norte de Minas abrangia a metade setentrional da então Província das Minas Gerais no século XIX. Em linha reta ia do hoje denominado Triângulo Mineiro até o extremo leste da província.

A condição de área de transição entre as regiões sudeste e nordeste do país é uma das características marcantes do Norte de Minas. A situação geográfica limítrofe levou à polêmica da primazia da ocupação. Sua ocupação se deu através dos primeiros desbravadores que chegaram até essa região através da Bahia, com as expedições de Spinoza-Navarro em 1553, Sebastião Fernandes Tourinho em 1573 e Gabriel Soares em 1590 (Cardoso, 1996).

No século seguinte a bandeira de Matias Cardoso desceu o Rio São Francisco, mais precisamente em 1689. Essa foi uma das importantes bandeiras paulistas que exploraram a região na segunda metade do século XVII. Com o objetivo de descobrir ouro e pedras preciosas, assim como aprisionar índios, essas expedições fundaram as primeiras povoações que se tem registro, com as denominações de Morrinhos, Salgado, São Romão e Barra do Rio das Velhas, todas localizadas a beira do Rio São Francisco. São denominadas hoje, respectivamente: Matias Cardoso, Januária, São Romão e Barra do Guaicui.

Um dos resultados dessa ocupação foi a captura de índios e a dizimação de inúmeras tribos indígenas na região. Os primeiros habitantes dessas terras ou foram aprisionados ou obrigados a fugir para as matas mais distantes e menos acessíveis do sertão.

A dinâmica de ocupação do Norte de Minas se iniciou com a expansão da pecuária baiana pelo Rio São Francisco, dando origem a uma série de povoações em suas margens mineiras. Essas fazendas foram criadas para abastecer o mercado litorâneo

do Nordeste onde estava a produção açucareira, então a parte mais dinâmica de nossa economia.

Com a decadência da economia açucareira e o posterior advento da mineração no século XVIII, o Norte de Minas direcionou o seu comércio para a região mineradora como principal consumidora da carne ali produzida, ao mesmo tempo em que adquiriu na região mineradora os produtos manufaturados oriundos da Europa, via Rio de Janeiro. Conseqüentemente, o Rio São Francisco perdeu importância como rota privilegiada de escoamento da pecuária regional. A partir de então o eixo comercial se deslocou das margens do São Francisco para o interior à sua margem direita, em direção a região mineradora. O povoado de Arraial das Formigas, hoje município de Montes Claros devido à sua posição geográfica privilegiada e suas terras férteis, foi aos poucos polarizando o comércio local até se transformar em pólo regional a partir do final do século XIX (Botelho, 1994).

A agricultura norte mineira remonta aos povos indígenas, principalmente os Caiapós e Tapuias. A produção de subsistência é uma característica marcante da agricultura dessa região, salvo raras exceções como o algodão, responsável por alguns ciclos da agricultura local.

A baixa fertilidade do solo, o baixo índice pluviométrico, juntamente com a vegetação de cerrado em transição para caatinga, levaram o norte-mineiro a ter a criação de gado como base de sua economia. O gado no sertão foi se adaptando, forjando uma raça resistente às drásticas condições de sobrevivência oferecidas pela natureza. Vale ressaltar que o gado tinha o grande diferencial de ser uma mercadoria que se movia com suas próprias pernas em direção ao mercado de consumo, fator fundamental em um período em que o transporte fluvial era praticamente a única alternativa para as grandes cargas. Com o período de chuvas concentrado de outubro a março o trabalho na agricultura garantia apenas a subsistência das populações locais.

A predominância das grandes fazendas de gado e muitos pequenos produtores agrícolas na economia de subsistência ao redor dessas fazendas criou no Norte de Minas relações sociais próprias. Dentre elas, as relações denominadas coronelistas. Essas se caracterizavam pela subserviência dos agregados e dos pequenos produtores com relação aos grandes fazendeiros, geralmente denominados coronéis. No entanto, em regiões distantes dessas fazendas, forjaram-se relações típicas de compadrio e parentela, sem a dependência rígida dos rigores dos coronéis. Tal situação verificou-se nos quilombos de escravos fugidos, seja da mineração ou mesmo das fazendas da região, assim como nas povoações de homens livres muito distantes da influência dos coronéis.

No auge da mineração no século XVIII, na Província, o Norte de Minas abasteceu com o gado a região mineradora e também foi a rota principal da fuga do ouro. O desvio do ouro por essa vasta e pouco ocupada região era um grande problema para a Coroa Portuguesa. A imposição do controle da Coroa sobre a população levou a algumas revoltas, destacando-se entre elas a *Sedição de 1736*. Esse levante marcou o início da derrocada do Norte de Minas como abastecedora da região mineradora e o início de seu isolamento econômico e político (Anastasia, 1983).

As províncias de maiores relações econômicas com o Norte de Minas foram Bahia e Goiás, até a ascensão do Rio de Janeiro, principalmente a partir da vinda da Família Real para o país, no início do século XIX. Em meados desse mesmo século foi introduzido o café na Zona da Mata, o que levou ao incremento do comércio do Norte de Minas com a então Região Sul. Nesse momento foi deslocado o comércio norte-mineiro da Bahia e de Goiás para a região da Zona da Mata e para o Rio de Janeiro (Botelho, 1994).

Ainda segundo BOTELHO (1994), outro fator importante ocorrido durante o século XIX foi o declínio das cidades ribeirinhas localizadas ao longo do Rio São

Francisco, no Norte de Minas. Isto se deu em função da perda da condição estratégica do Rio como vertente principal do comércio da região, assim como entre as províncias. Ele destaca que as cidades existentes à margem esquerda do rio sofreram mais com essas mudanças, demonstrando o deslocamento do comércio do Rio São Francisco em direção a Região Sul, basicamente, Zona da Mata mineira e Rio de Janeiro.

Com esse deslocamento foram estabelecidos novos núcleos urbanos que passaram a polarizar o desenvolvimento da região. Atualmente, as duas cidades mais importantes na região, em termos de atividade econômica, estão justamente na ligação rodoviária e ferroviária principal com o conjunto da região sudeste. São elas: Montes Claros e Pirapora, sendo que esta última, apesar de estar às margens do Rio São Francisco, não é significativamente afetada por essa condição no seu desempenho econômico.

RENDA PER CAPITA, INTENSIDADE DA POBREZA, ÍNDICE DE GINI, ANALFABETISMO E SANEAMENTO BÁSICO NO NORTE DE MINAS

Para compreender melhor a evolução do quadro de pobreza da região Norte de Minas consideramos não somente o indicador sobre intensidade da pobreza, mas também a renda *per capita*, índice de Gini, analfabetismo e saneamento básico dos municípios analisados. Estes indicadores possuem uma complementaridade de sentido e permitiram uma análise mais aprofundada sobre a situação socioeconômica desta região. Assim, um alto valor de renda *per capita* pode não ser satisfatório na medida em que apresenta uma forte concentração de renda. De outra forma uma sociedade que se caracterize por uma desigualdade amena pode camuflar uma realidade de igualdade entre indivíduos com baixa renda. Bem como a intensidade da pobreza por si só não indica o grau de desigualdade de renda em uma dada sociedade. E ainda, os indicadores indiretos de pobreza, como analfabetismo, bolsa família e água encanada nos auxiliaram para avaliar a situação do Norte de Minas Gerais. Neste sentido, as comparações dos municípios e macrorregiões mineiras são pautadas nestes indicadores considerando as variações no período compreendido entre os anos 1991 e 2010.

RENDA PER CAPITA

Em relação à renda *per capita* das macrorregiões mineiras, vê-se pela Tabela 1 que os valores variam significativamente. A diferença entre a macrorregião Central, que possui a maior renda *per capita*, R\$ 961,82 e o Vale do Jequitinhonha/Mucuri a menor, R\$ 431,75 é alarmante. Apesar de a renda *per capita* ser um indicador impermeável em relação à pobreza de uma região, por esconder as desigualdades sociais, reflete bastante a inferioridade do desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha/Mucuri e do Norte de Minas.

Na década de 2000, a taxa média de crescimento anual neste período das macrorregiões Norte e Jequitinhonha-Mucuri foi significante maior do que nas outras macrorregiões, principalmente quando comparadas às macrorregiões mais dinâmicas do estado, Central e Triângulo. Enquanto a taxa média de crescimento anual do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha/Mucuri foi de 5,75% e 5,85%, respectivamente, no Triângulo Mineiro e na macrorregião Central não chegou a 3%.

Este crescimento superior da renda nesse período nas macrorregiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri ocorreu em função do acentuado crescimento da renda das classes D e E em especial. Como parte significativa da população dessas duas macrorregiões estava neste segmento, o impacto foi maior nas mesmas. Dessa forma, não foi o dinamismo da economia local o maior responsável por este aumento e sim o

aumento real do salário mínimo, redução do desemprego e os programas de transferência de renda do governo federal. Ou seja, ocorrências no âmbito nacional.

Apesar de a renda *per capita* média ter aumentado em todas as dez macrorregiões mineiras, principalmente na região Norte e Jequitinhonha/Mucuri, as diferenças regionais ainda persistem. E essas discrepâncias, em termos de renda, refletem na qualidade de vida da população residente nessas macrorregiões e, por conseguinte, no desenvolvimento social e econômico do estado de Minas Gerais.

**TABELA 1 - RENDA PER CAPITA DAS MACRORREGIÕES DE MINAS GERAIS
2000 - 2010**

Macrorregião	2000	2010	Taxa média de crescimento anual 2000 a 2010 (%)
Jequitinhonha/Mucuri	R\$ 244,23	R\$ 431,75	5,86%
Norte	R\$ 260,30	R\$ 455,33	5,75%
Rio Doce	R\$ 412,76	R\$ 599,69	3,81%
Noroeste	R\$ 448,92	R\$ 622,67	3,33%
Mata	R\$ 499,26	R\$ 710,11	3,59%
Centro Oeste	R\$ 526,53	R\$ 721,28	3,20%
Sul	R\$ 564,71	R\$ 727,66	2,57%
Alto Paranaíba	R\$ 573,65	R\$ 761,04	2,87%
Triângulo	R\$ 677,75	R\$ 908,04	2,97%
Central	R\$ 663,25	R\$ 961,82	3,79%
Minas Gerais	R\$ 539,86	R\$ 773,41	3,66%
Brasil	R\$ 580,22	R\$ 830,85	3,66%

Fonte: IBGE, Sinopse dos Resultados do Censo 2010.

Elaboração: Fundação João Pinheiro.

No tocante à renda *per capita* dos municípios mineiros, a Tabela 2 mostra que dentre os dez municípios com maiores rendas *per capita* no estado, nenhum está localizado no Norte ou mesmo no Jequitinhonha/Mucuri. O município da região Norte melhor posicionado no ranking de renda *per capita* em Minas Gerais é Montes Claros, que ocupava a 137ª posição em 2010. A diferença da renda *per capita* média entre Nova Lima (maior renda *per capita* do estado) e Montes Claros (maior renda *per capita* do Norte de Minas) é de R\$ 1.081,22. A disparidade da renda *per capita* demonstra claramente as diferenças regionais e municipais em Minas Gerais.

**TABELA 2 - MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS COM MAIORES RENDAS PER
CAPITA – 1991-2010**

Posição	Município	Macrorregião	Renda per capita (1991)	Renda per capita (2000)	Renda per capita (2010)
1º	Nova Lima	Central	475,88	829,30	1731,84
2º	Belo Horizonte	Central	797,42	1101,96	1497,29
3º	Juruáia	Sul de Minas	215,85	476,75	1122,10
4º	Lagoa Santa	Central	409,12	582,75	1089,96
5º	Juiz de Fora	Zona da Mata	607,97	828,93	1050,88
6º	Jequitibá	Central	146,29	317,08	1007,03
7º	Uberlândia	Triângulo	588,98	768,83	1001,45
8º	Uberaba	Triângulo	539,67	790,50	978,01
9º	Caxambu	Sul de Minas	352,00	528,99	963,25

10°	Poços de Caldas	Sul de Minas	580,65	867,68	953,96
-----	-----------------	--------------	--------	--------	--------

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

A tabela 3, a seguir, apresenta os dez municípios com maiores renda *per capita* no Norte de Minas nos censos de 1991, 2000 e 2010. Mesmo tendo alguns alcançado expressivos percentuais de crescimento, como os números são tímidos, os valores continuam ínfimos. Ao levarmos em consideração a distância entre estes, melhores posicionados no Norte e os melhores posicionados no estado percebemos a enorme distância entre eles. O município mais bem colocado no Norte é Montes Claros, com uma renda *per capita* de R\$ 650,62, está muito abaixo do último colocado no ranking dos dez municípios com maiores rendas *per capita* do estado de Minas Gerais, o município de Poços de Caldas, com renda *per capita* em 2010 de R\$ 953,96.

TABELA 3 - DEZ MUNICÍPIOS DO NORTE DE MINAS COM MAIORES RENDA PER CAPITA -1991-2010

Posição	Município	Renda per capita (1991)	Renda per capita (2000)	Renda per capita (2010)
1°	Montes Claros	327,75	485,55	650,62
2°	Salinas	167,02	268,51	613,65
3°	Pirapora	324,95	396,44	596,44
4°	Janaúba	216,22	304,07	468,29
5°	Bocaiúva	230,35	285,97	451,54
6°	Taiobeiras	184,08	256,46	426,91
7°	Várzea da Palma	216,96	299,13	413,59
8°	Manga	269,69	320,28	387,71
9°	Jaíba	131,47	232,36	376,73
10°	Lassance	182,66	210,36	364,30

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Os dez municípios com as menores rendas *per capita* de Minas Gerais, relacionados na Tabela 4, reforça o argumento das disparidades entre os municípios, tanto do estado quanto da região. Praticamente todos os municípios mineiros listados pertencem as macrorregiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri. Vale destacar que a posição de São João das Missões no ranking de renda *per capita* do país é 5.420ª em um total de 5.567 municípios. Apenas 147 municípios em todo o país possuem renda *per capita* menor que este município do Norte de Minas, todos eles localizados nas regiões nordeste e norte do país.

TABELA 4 - DEZ MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS COM MENORES RENDAS PER CAPITA – 1991 - 2010

Posição	Município	Macrorregião	Renda per capita (1991)	Renda per capita (2000)	Renda per capita (2010)
1°	São João das Missões	Norte	56,21	112,78	181,77
2°	Santo Antônio do Retiro	Norte	70,93	114,64	183,75
3°	Bonito de Minas	Norte	73,74	85,69	195,65
4°	Cristália	Norte	111,84	132,20	200,51
5°	Frei Lagonegro	Rio Doce	90,37	122,08	201,83
6°	Pai Pedro	Norte	76,24	144,09	203,93
7°	Monte Formoso	Jequi/Mucuri	73,06	124,97	206,62
8°	Ninheira	Norte	114,30	159,46	210,17

9°	Santa Helena de Minas	Jequi/Mucuri	85,59	166,14	218,43
10°	Catuji	Jequi/Mucuri	96,62	168,89	221,41

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Apesar de a renda *per capita* não ser um indicador 100% fidedigno à situação de pobreza ilustra significativamente as diferenças econômicas entre as macrorregiões de Minas Gerais, as quais são fruto do desenvolvimento do estado. O lento crescimento econômico do Norte de Minas e dos Vales Jequitinhonha/Mucuri aponta um problema histórico. Estas grandes extensões territoriais não conseguiram acompanhar o dinamismo econômico das macrorregiões mais dinâmicas economicamente. Mesmo os municípios com as maiores rendas *per capita* do estado, possuem rendas *per capita* muito aquém do desejável.

INTENSIDADE DA POBREZA

Para aferirmos a intensidade da pobreza no Norte de Minas, analisamos o percentual de pobres de cada município. São considerados pobres indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos adotados no Atlas é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes¹.

Dentre os dez municípios com os menores percentuais de intensidade da pobreza em Minas Gerais nenhum está no Norte do Estado. Montes Claros, sexto colocado em população no estado, é o município do Norte de Minas melhor colocado no ranking estadual em termos de renda *per capita*, ocupa a posição 367ª posição, no total de 853 municípios.

Os dados apresentados na Tabela 5 permitem afirmar que o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha e Mucuri possuía, no ano 2010, os municípios mais pobres do estado. Quase a totalidade dos dez municípios mais pobres estavam localizados nestas duas macrorregiões, com exceção de três municípios pertencentes as macrorregiões Central e Rio Doce.

É possível vislumbrar também a diminuição constante do percentual de pobres desde o ano de 1991 até 2010 entre os dez municípios de Minas Gerais com maior intensidade da pobreza. Vale ressaltar que a diminuição do percentual de pobres foi mais expressiva na década de 2000, com exceção do município de Santo Antônio do Retiro, no Norte de Minas, em que a diminuição foi mais significativa na década de 1990, mesmo assim, a diferença é muito modesta, quando comparada a diminuição da década seguinte.

Essa redução mais expressiva do percentual de pobres na década de 2000 em relação à década anterior está muito atrelada às políticas públicas de combate à pobreza que se intensificaram no governo Lula e tiveram continuidade no governo da presidenta Dilma Rousseff. Políticas públicas como o Programa Bolsa Família e o aumento real do salário auxiliaram na redução do percentual de pobres em todo o Brasil na década de 2000.

¹ Informações disponíveis no site: www.pnud.org.br/atlas.

TABELA 5 - OS DEZ MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS COM MAIOR INTENSIDADE DA POBREZA, 1991-2010

Posição	Município	Macrorregião	% de pobres (1991)	% de pobres (2000)	% de pobres (2010)
1º	Santo Antônio do Retiro	Norte	85,83	71,67	57,66
2º	Bonito de Minas	Norte	89,30	81,07	56,14
3º	Monte Formoso	Jequi/Mucuri	90,39	77,77	55,76
4º	São João das Missões	Norte	93,35	74,93	53,37
5º	Serra Azul de Minas	Central	83,18	74,09	52,42
6º	Ladainha	Jequi/Mucuri	86,39	69,97	50,74
7º	Setubinha	Jequi/Mucuri	78,08	67,33	50,45
8º	Catuji	Jequi/Mucuri	84,05	72,64	50,15
9º	Frei Lagonegro	Rio Doce	82,24	68,34	50,13
10º	Alvorada de Minas	Central	79,76	71,86	48,29

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

É digno de nota a concentração do desenvolvimento social em alguns municípios norte-mineiros. Ao compararmos o ranking dos dez municípios do Norte de Minas com maiores rendas *per capita* com o ranking referente a intensidade da pobreza, presente na tabela 6, podemos observar a reprodução de alguns municípios como, por exemplo, Montes Claros, Pirapora, Janaúba e Bocaiúva. Mesmo dentro das macrorregiões mais pobres do estado, como é o caso do Norte de Minas, há uma concentração do desenvolvimento; o que significa dizer que, ao voltarmos nosso olhar para o interior das próprias macrorregiões, veremos uma realidade ainda mais preocupante.

TABELA 6 - DEZ MENORES PERCENTUAIS DE INTENSIDADE DA POBREZA NO NORTE DE MINAS - 1991-2010

Posição	Município	% de pobres (1991)	% de pobres (2000)	% de pobres (2010)
1º	Montes Claros	45,71	28,76	11,99
2º	Pirapora	46,99	34,23	13,06
3º	Várzea da Palma	56,05	41,49	16,62
4º	Buritizeiro	70,69	53,19	18,93
5º	Janaúba	61,52	43,66	18,98
6º	Bocaiúva	62,50	41,05	20,13
7º	Jaíba	67,63	54,21	20,28
8º	Juramento	70,60	49,08	20,77
9º	Claro dos Poções	75,56	50,07	20,98
10º	Lassance	59,12	55,01	22,50

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Considerando os dados das tabelas 5 e 6 podemos verificar que os dez municípios com menores intensidade da pobreza no Norte de Minas reduziram significativamente desde o ano de 1991 o percentual de pobres, a redução foi de mais da metade. Enquanto os municípios com maior intensidade da pobreza em Minas Gerais reduziram de forma mais modesta. Ou seja, os municípios que possuíam um alto percentual de pobres em 1991 não reduziram de forma contundente o percentual de pobres em 2010, continuando com percentuais altos, acima de 50%. Por outro lado, os municípios que já possuíam em 1991, no Norte de Minas, baixo percentual de pobres, diminuiriam drasticamente a quantidade de pobres, amenizando a situação de pobreza.

Ao analisar a Intensidade da Pobreza em todos os municípios mineiros, verificamos que em relação à região Norte de Minas mesmo os municípios que apresentaram os menores percentuais de pobreza ocuparam as últimas posições. Como podemos constatar na tabela 7, Montes Claros, o município norte-mineiro com menor índice de intensidade da pobreza, ocupa a longínqua posição 366º no ranking estadual.

A intensidade da pobreza na macrorregião Norte, juntamente com a Jequitinhonha/Mucuri reflete, em grande parte, a falta de dinamismo econômico historicamente engendrado nessas porções territoriais. A falta de dinamismo da economia local acarreta em poucas ofertas de emprego, trabalhos informais e empregos com baixa remuneração. Todos esses fatores contribuem para o alto percentual de pobres nestas macrorregiões.

ÍNDICE DE GINI

O índice de Gini é bastante criticado por trabalhar apenas com a variável renda. No entanto, uma análise do índice de Gini associado a outras variáveis como intensidade da pobreza e renda *per capita* juntamente com outras variáveis de condições de vida é bastante utilizada no momento. Como explicou o seu formulador, o matemático italiano Corrado Gini, de forma simplificada, o índice foi construído de forma que aqueles grupos que apresentarem situação próximo resultado 1 seriam os mais desiguais e aqueles que apresentarem resultado 0 seriam os mais iguais.

Para os pesquisadores Barros, Henriques e Mendonça (2001), o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres, e que o principal determinante dos altos índices da pobreza no país está situado numa perversa desigualdade na distribuição de renda e de oportunidades de inclusão econômica e social. Minas Gerais, em virtude de suas diversas desigualdades representa um retrato fiel do país e conforme revelam os dados a seguir, parece acompanhar a lógica de concentração de renda nacional apontada pelos pesquisadores supracitados.

O índice de Gini no Brasil em 2010 era 0,60, considerado alto no ranking dos países de forma de geral. Em Minas Gerais foi de 0,61 em 1991, 0,61 em 2000 e 0,56 em 2010, permanecendo estável na década de 1990.

Apesar de as desigualdades existirem em todas as macrorregiões mineiras, uma vez que é condição *sine qua non* do capitalismo a concentração de renda, dentre os dez municípios com menores índices de Gini do estado, nenhum está localizado no Norte. Neste ranking aparecem municípios do Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Centro-Oeste e Zona da Mata, que, além de ser os municípios com menores índices de Gini de Minas, são também os menores do Brasil, estão entre os 100 municípios com menor concentração de renda do país.

TABELA 7 - DEZ MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS COM MENORES ÍNDICES DE GINI -1991-2010

Posição	Município	Macrorregião	Índice de Gini (1991)	Índice de Gini (2000)	Índice de Gini (2010)
1º	Córrego Fundo	Centro-Oeste	0,50	0,41	0,32
2º	Bandeira do Sul	Sul de Minas	0,40	0,42	0,34
3º	Albertina	Sul de Minas	0,40	0,39	0,35
4º	Cachoeira Dourada	Triângulo	0,53	0,58	0,35
5º	Nova Serrana	Centro-Oeste	0,43	0,61	0,35
6º	Perdigão	Centro-Oeste	0,45	0,50	0,35
7º	Araújos	Centro-Oeste	0,47	0,43	0,36

8°	Consolação	Sul de Minas	0,40	0,42	0,37
9°	Espírito Santo do Dourado	Sul de Minas	0,43	0,42	0,37
10°	Ewbank da Câmara	Zona da Mata	0,49	0,43	0,37

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Os dados contidos na tabela 7 seguem no sentido de confirmar que a desigualdade independe das macrorregiões e do grau de desenvolvimento. No ranking vemos municípios pertencentes a uma das macrorregiões mais dinâmicas do estado, como é o caso do município de Nova Lima, que por sua vez é o município de Minas Gerais com maior renda *per capita* e municípios pertencentes ao Norte de Minas, como Manga, Salinas e São João do Pacuí (ver próxima tabela).

TABELA 8 - DEZ MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS COM MAIORES ÍNDICES DE GINI -1991-2010

Posição	Município	Macrorregião	Índice de Gini (1991)	Índice de Gini (2000)	Índice de Gini (2010)
1°	Jequitibá	Central	0,55	0,63	0,78
2°	Manga	Norte	0,74	0,58	0,68
3°	Nova Lima	Central	0,55	0,64	0,68
4°	Caxambu	Sul de Minas	0,61	0,56	0,65
5°	Salinas	Norte	0,52	0,58	0,65
6°	Serro	Central	0,63	0,67	0,65
7°	Juruaia	Sul de Minas	0,55	0,44	0,64
8°	São João do Pacuí	Norte	0,52	0,49	0,64
9°	Pouso Alto	Sul de Minas	0,53	0,53	0,63
10°	Chiador	Zona da Mata	0,48	0,51	0,61

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Em relação aos municípios do Norte de Minas com menores índices de gini, vê-se pela tabela 9 que o índice de gini é realmente baixo, porém há mais concentração de renda em comparação com os municípios com menor índice de gini do estado. Ainda pesa-se o fato destes municípios terem uma dinâmica econômica relativamente baixa se comparada aos municípios mais dinâmicos do Norte de Minas, dessa forma, um índice de gini baixo pode não ter um significado positivo, visto que denota que há sim uma distribuição relativamente justa, porém de rendimentos baixos.

TABELA 9 - DEZ MUNICÍPIOS DO NORTE DE MINAS GERAIS COM MENORES ÍNDICES DE GINI – 1991 – 2010

Posição	Município	Índice de Gini (1991)	Índice de Gini (2000)	Índice de Gini (2010)
1°	Guaraciama	0,43	0,58	0,40
2°	Berizal	0,44	0,52	0,41
3°	Buritizeiro	0,55	0,52	0,41
4°	Nova Porteirinha	0,35	0,62	0,41
5°	Claro dos Poções	0,49	0,48	0,42
6°	Engenheiro Navarro	0,55	0,44	0,43
7°	Glaucilândia	0,43	0,49	0,43
8°	Juramento	0,48	0,45	0,43
9°	Novorizonte	0,45	0,46	0,43
10°	Lagoa dos Patos	0,51	0,43	0,44

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

ANALFABETISMO

A alfabetização é tida atualmente como um indicador indireto de desenvolvimento social de uma localidade, de condições de vida e pobreza e de exclusão social. Dessa forma, ao analisarmos dados sobre analfabetismo entre os municípios mineiros pretendemos demonstrar a relação direta entre pobreza de uma região e analfabetismo entre seus habitantes.

Assim como nos dados sobre municípios de Minas Gerais com menores rendas *per capita* e maior intensidade de pobreza, nos dados sobre analfabetismo a situação de desvantagem do Norte de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha/Mucuri se repete. Todos os dez municípios com maiores percentuais de analfabetismo do estado pertencem a uma dessas macrorregiões.

Essa predominância de municípios norte-mineiros e da macrorregião Jequitinhonha/Mucuri deve-se, em grande medida, ao grande percentual da população vivendo na zona rural. Todos os cinco municípios pertencentes a macrorregião Norte presentes na tabela 10, possuía em 2010 uma população rural bem mais expressiva em comparação com a população urbana. Exemplo ilustrativo é o município de Santo Antônio do Retiro que 77% da sua população concentra na área rural². No Vale do Jequitinhonha e Mucuri há também um número elevado de pessoas vivendo na zona rural. A zona rural em Minas Gerais e no Brasil tem um histórico de usurpação dos direitos educacionais; apesar desta conjectura estar mudando, ainda hoje reflete bastante nos indicadores de educação da população rural.

Contudo, devemos levar em consideração ainda a persistência do círculo vicioso, por um lado maior poder econômico e melhores indicadores educacionais entre os municípios das macrorregiões mais desenvolvidas, e por outro, menor poder econômico e precário índice educacional nos municípios das macrorregiões menos desenvolvidas. Apesar do percentual de analfabetismo ter diminuído gradativamente desde 1991 até o ano de 2010 no ranking dos municípios com maiores percentuais de analfabetismo, os percentuais de analfabetos dos municípios continuavam altos em 2010, todos ultrapassando 30% de pessoas com pessoas com 15 anos ou mais.

TABELA 10 - DEZ MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS COM MAIORES PERCENTUAIS DE ANALFABETISMO ENTRE PESSOAS COM 15 ANOS OU MAIS, EM PERCENTUAL (1991-2010)

Município	Macrorregião	1991	2000	2010
Crisólita	Jequitinhonha/Mucuri	57,42	42,08	35,00
Ninheira	Norte de Minas	63,35	45,63	34,28
Fruta de Leite	Norte de Minas	63,92	44,79	33,97
Setubinha	Jequitinhonha/Mucuri	63,12	46,08	32,25
Indaiabira	Norte de Minas	55,86	39,90	32,13
Santa Helena de Minas	Jequitinhonha/Mucuri	55,24	38,08	31,66
Santo Antônio do Retiro	Norte de Minas	64,53	36,65	31,36

² Informações disponíveis no site: www.fjp.gov.br.

Novo Oriente de Minas	Jequitinhonha/Mucuri	52,46	42,64	31,23
Pai Pedro	Norte de Minas	56,48	39,88	31,18
Fronteira dos Vales	Jequitinhonha/Mucuri	50,90	40,71	30,77

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

É digno de nota a distância entre os percentuais dos municípios com os maiores percentuais de analfabetismo e os municípios com os menores percentuais de analfabetismo do estado. Enquanto o município com o menor percentual de Minas Gerais, a capital Belo Horizonte, tem apenas 2,87% de analfabetos, Crisólita, município pertencente ao Vale do Jequitinhonha e Mucuri, possui 35% de seus habitantes com 15 anos ou mais sem saber ler e escrever.

TABELA 11 - DEZ MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS COM MENORES PERCENTUAIS DE ANALFABETISMO

Município	Macrorregião	1991	2000	2010
Belo Horizonte	Central	7,12	4,62	2,87
Nova Lima	Central	8,64	5,27	2,87
Juiz de Fora	Zona da Mata	7,55	4,71	3,25
Conselheiro Lafaiete	Central	8,19	5,45	3,54
Contagem	Central	8,32	5,61	3,55
Poços de Caldas	Sul de Minas	8,78	5,68	3,69
Uberlândia	Triângulo	8,50	5,45	3,74
Divinópolis	Centro-Oeste	8,89	5,79	3,78
Pará de Minas	Central	10,84	6,9	3,88
Cachoeira da Prata	Central	9,44	5,81	3,89

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Nesse contexto, o esforço por parte do Estado tem de ser no sentido de encurtar essas distâncias. É inaceitável, em um momento que a educação é tão valorizada, seja como forma de inserir na esfera produtiva ou para ter acesso ao conhecimento de forma geral, municípios que tenham um percentual tão grande de pessoas em idade produtiva analfabetas.

Como vimos, são nas macrorregiões mais pobres economicamente e socialmente onde estão concentrados os municípios com os maiores percentuais de pessoas sem saber ler e escrever. Para essas pessoas restam as ocupações mais exaustivas e de baixa remuneração. O rompimento da transferência intergeracional da pobreza passa, necessariamente, pela garantia de uma escolarização mínima de toda a população.

SANEAMENTO BÁSICO

O abastecimento de água, a coleta e tratamento de esgoto, a limpeza urbana, o manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais são aspectos no qual está relacionado o saneamento básico, segundo a Constituição e a Lei nº. 11.445/2007³. Estas medidas visam à garantia da saúde das pessoas e do meio ambiente.

Dessa forma, apresentamos na tabela 12 dados sobre abastecimento de água e esgotamento sanitário em Minas Gerais. É preocupante pensar que existem municípios

³ Informações disponíveis no site: www.planalto.gov.br.

mineiros em que 30,4% da população vive sem abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados. O município que existia, em 2010, mais pessoas vivendo sob essas condições inadequadas é Novorizonte, o que significa dizer que dentre os 4.963 habitantes, 1.489 pessoas convivem diariamente com a falta de abastecimento de água adequado, assim como um esgotamento sanitário inadequado.

Nesse contexto, pesa-se o fato de em sete desses municípios listados no ranking, a população rural ser bem elevada em relação a população urbana; em São João das Missões, por exemplo, 79% da população vive na zona rural. Nos outros três municípios, apesar de a população urbana ser em maior número, não é tão elevada quando comparada à população rural. Na área rural devido às casas serem, comumente, afastadas uma das outras, dificulta a construção de redes de esgoto e de um abastecimento de água adequado.

Não obstante, é evidente que as políticas públicas no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha e Mucuri voltadas ao saneamento básico, principalmente as políticas relacionadas à ampliação e implantação de redes coletoras de esgotos não conseguiram acompanhar o crescimento demográfico da população dessas duas macrorregiões na área urbana.

TABELA 12 - PERCENTUAL DE PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO INADEQUADOS EM MINAS GERAIS, 1991 – 2010

Município	Macrorregião	1991	2000	2010
Novorizonte	Norte	14,24	45,72	30,40
Setubinha	Jequi/Mucuri	50,65	23,99	29,88
Pai Pedro	Norte	51,15	41,99	28,26
São João das Missões	Norte	5,15	10,87	26,67
Frei Lagonegro	Rio Doce	4,43	25,16	24,78
Crisólita	Jequi/Mucuri	13,38	17,42	24,57
Ponto Chique	Norte	45,18	37,17	24,29
Cachoeira de Pajeú	Jequi/Mucuri	28,35	24,46	24,22
MaterlândiaPer	Rio Doce	5,3	26,32	22,63
Catuti	Norte	15,78	46,86	21,52

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.

Os dados que se seguem, presentes na Tabela 13, corroboram a situação de pobreza e inadequação dos municípios do Norte do estado e do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Dentre os dez municípios em que todos os habitantes viviam, em 2010, com abastecimento de água e esgotamento sanitário adequados nenhum pertence as macrorregiões supracitadas, pertencem ao Sul de Minas, Zona da Mata e Centro-Oeste.

TABELA 13 - PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO INADEQUADOS, EM PERCENTUAL, 1991 – 2010

Município	Macrorregião	1991	2000	2010
Caiana	Zona da Mata	0,14	0,82	0
Monsenhor Paulo	Sul	0	0,48	0
Ilicínea	Sul	0	0,23	0
Ibituruna	Centro-Oeste	3,8	0,88	0
Boa Esperança	Sul	1,23	0,9	0
São João Nepomuceno	Zona da Mata	0,03	0,64	0
São Sebastião do Rio Verde	Sul	2,4	0,45	0
São Bento Abade	Sul	2,6	0,36	0
Ingaí	Sul	1,85	2,67	0
Bom Jesus da Penha	Sul	0,75	0,1	0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013

As informações sobre o saneamento básico nos municípios mineiros traz à tona mais uma vez, a situação de pobreza nas macrorregiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri. Possuir saneamento básico adequado é condição *sine qua non* para uma vida saudável e produtiva. É preciso, dessa forma, um esforço maior por parte do Estado no sentido de homogeneizar a qualidade de vida entre os municípios e regiões mineiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação do Norte de Minas ocorreu em função das necessidades externas à região. Primeiro foi a criação de gado para a região açucareira, depois para a região mineradora do estado durante os séculos XVIII e XIX. No século XIX a criação da ligação ferroviária com a região mais desenvolvida do país inaugurou um processo contínuo de incorporação do Norte de Minas ao modo de produção capitalista.

O desenvolvimento regional sempre esteve submisso aos interesses momentâneos do capital. Tivemos os ciclos do algodão, da mamona, dos projetos de irrigação e muitos outros. Mas as duas marcas seculares da economia regional são, por um lado a pecuária de corte em se tratando de grandes e médios produtores; e por outro a economia de subsistência da maioria da população.

Com a intervenção do estado no sentido de acelerar a modernização capitalista na região, seja através de financiamentos ao setor privado ou mesmo através da intervenção direta dos agentes públicos, nas últimas décadas, faz-se necessário mensurar alguns impactos sociais desta modernização capitalista. Neste modesto trabalho analisamos a evolução dos indicadores de intensidade da pobreza, renda *per capita*, índice de Gini, analfabetismo e saneamento básico nos municípios da região com o intuito de percebermos pelo menos vestígios desta modernização.

Percebemos que mesmo um indicador conservador em termos sociais, como a renda *per capita*, pois se constitui de variáveis essencialmente econômicas, apresenta uma situação amplamente desfavorável para o Norte de Minas em relação às demais macrorregiões do estado. A renda *per capita* da região foi a que mais cresceu durante a década de 2000, porém, não foi suficiente para igualar a renda a dos municípios mais dinâmicos do estado. A variação da intensidade da pobreza complementa a análise acima. Dos dez municípios com maior intensidade da pobreza, sete pertenciam ao Norte

de Minas e Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Como o maior objetivo da incorporação à produção capitalista era justamente reduzir a pobreza na região podemos concluir que não foi o suficiente para reduzir drasticamente o número de pobres entre os municípios destas macrorregiões.

Os indicadores indiretos de pobreza analfabetismo e saneamento básico corroboram a intensidade da pobreza no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha/Mucuri. Grande parte dos municípios destas macrorregiões possui altos percentuais de analfabetismo e uma quantidade significativa de pessoas vivendo em condições inadequadas de saneamento básico.

A modernização capitalista em curso na década de noventa do século passado e no ano 2000 na região não foi capaz de reduzir pontualmente a pobreza, nem de reduzir o elevado grau de concentração de renda. O aumento da renda *per capita* superior no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha/Mucuri é um indicador sem muita relevância social. Isso porque, como foi observado, as condições sociais dessas regiões é claramente mais frágeis do que nas demais macrorregiões do estado.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Texto para discussão nº 800. Rio de Janeiro, 2001.

BAJOIT, Guy. **Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social: Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional** / Org. Casimiro Marques Balsa, Lindomar Wessler Boneti, Marc-Henry Soulet. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2006

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. 1994. **Famílias e escravarias: demografia e família escravocrata no norte de Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: USP. (Dissertação de Mestrado em história social).

CARDOSO, Jose Maria A. 1996. **A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais**. Recife: UFPE. (Dissertação de Mestrado).

CARNEIRO, Geralda Vânia Fonte Boa. 1992. **Pedagogia do trabalho: produção da necessidade-desejo do trabalho assalariado**. Belo Horizonte: UFMG, (Dissertação de Mestrado em Educação).

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário**. Petrópolis, Vozes, 2ª ed, 1999.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura sertaneja: a conjulgação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro(Org.). 1997. **Trabalho Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais**. Montes Claros: Best.

DEMO, Pedro. **Novos Paradigmas da política social**. Brasília: UNB, 2002.

RODRIGUES, Luciene. 1998. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba: uma interpretação –1970-1996**. São Paulo: USP. (Tese de doutorado em História Econômica).

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **Implementação do direito humano à alimentação adequada: do bolsa família à renda básica de cidadania**. Passo Fundo: IFIBE, 2007.

Recebido para publicação em 2 de outubro 2017
Aceito para publicação em 23 de dezembro de 2017